

Celso R. Braida

SENTIDO E SIGNIFICATIVIDADE
ensaios hermenêuticos



A POLODORO
VIRTUAL EDIÇÕES

SENTIDO E SIGNIFICATIVIDADE
ensaios hermenêuticos

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

Direção editorial: Evandro Oliveira de Brito

SÉRIE “FILOSOFIA, ARTE E EDUCAÇÃO”

Editor da série: Jason de Lima e Silva (UFSC/Brasil)

Comitê Editorial

- Aline Medeiros Ramos (UQAM e UQTR/Canadá)
- Alexandre Lima (IFC/Brasil)
- Arthur Meucci (UFV/Brasil)
- Caroline Izidoro Marim (PUC-RS/Brasil)
- Charles Feldhaus (UEL/Brasil)
- Cleber Duarte Coelho (UFSC/Brasil)
- Elizia Cristina Ferreira (UNILAB/Brasil)
- Ernesto Maria Giusti (UNICENTRO/Brasil)
- Fernando Mauricio da Silva (FMP/Brasil)
- Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann (UFFS/Brasil)
- Gilmar Evandro Szczepanik (UNICENTRO/Brasil)
- Gislene Vale dos Santos (UFBA/Brasil)
- Gilson Luís Voloski (UFFS/Brasil)
- Halina Macedo Leal (FSL-FURB/Brasil)
- Héctor Oscar Arrese Igor (CONICET/Argentina)
- Jean Rodrigues Siqueira (UNIFAI/Brasil)
- Joedson Marcos Silva (UFMA/Brasil)
- Joelma Marques de Carvalho (UFC/Brasil)
- José Cláudio Morelli Matos (UDESC/Brasil)
- Leandro Marcelo Cisneros (UNIFEBE/Brasil)
- Lucio Lourenço Prado (UNESP/Brasil)
- Luís Felipe Bellintani Ribeiro (UFF/Brasil)
- Maicon Reus Engler (UFPR/Brasil)
- Marciano Adílio Spica (UNICENTRO/Brasil)
- Marília Mello Pisani (UFABC/Brasil)
- Paulo Roberto Monteiro de Araujo (Mackenzie/Brasil)
- Renato Duarte Fonseca (UFRGS/Brasil)
- Renzo Llorente (Saint Louis University/Espanha)
- Rogério Fabianne Saucedo Corrêa (UFPE/Brasil)
- Vanessa Furtado Fontana (UNIOESTE/Brasil)

Celso R. Braidá

SENTIDO E SIGNIFICATIVIDADE
ensaios hermenêuticos

Apolodoro Virtual Edições
2021

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

Coordenadora Administrativa: Simone Gonçalves

Diagramação

Apolodoro Virtual Edições

Capa: "Ponte Hercílio Luz"

Revisão do autor

Concepção da Série

Grupo de Pesquisa "Filosofia. Arte e Educação" MEN/UFSC

Concepção da obra

Núcleo de Investigações Metafísicas (NIM-UFSC)

Braida, Celso R.
Sentido e significatividade : ensaios
hermenêuticos [livro eletrônico] / Celso R.
Braida. -- 1. ed. -- Guarapuava, PR : Apolodoro
Virtual Edições, 2021. -- (Série Filosofia, arte
e educação / coordenação Jason de Lima e Silva)
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-65-88619-07-0 (digital)
ISBN 978-65-88619-08-7 (físico)
1. Filosofia 2. Hermenêutica 3. Semântica
(Filosofia) I. Título II. Série.

21-60342

CDD-121.68

Índices para catálogo sistemático:

1. Hermenêutica : Filosofia 121.68

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Atribuição - Uso Não-Comercial
Vedada a Criação de Obras Derivadas

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

editora@apolodorovirtual.com.br

Rua Coronel Luís Lustosa, 1996, Batel

Guarapuava/PR, 85015-344

Sumário

Prólogo.....	11
I. Das ações ao sentido	23
Sentido e campos de ação	38
A ação como o aÍ do sentido.....	43
II. Natureza e vinculação normativa	49
Hermenêutica praxiológica.....	57
Legibilidade, Inscrição e Escrita.....	64
Experiência e fenômenos hermenêuticos	70
III. Antecipação de sentido e o prévio na compreensão.....	85
Fazer sentido — habilitar a agir	91
Atitude crítica e compreensão.....	99
IV. A interagência como base do sentido	105
Atividade, sentido e significatividade	121
V. O primado hermenêutico do efetivo.....	133
VI. Sentido, validade e conteúdo formal	155
Na ausência de uma língua universal	156
O avanço da objetividade formal.....	159
O saber da experiência	161
Linguagem e sentido.....	169
Autonomia semântica e objetividade.....	179
Desconstrução e traços hermenêuticos	186
A validade em questão	190

VII. Compreensão hermenêutica e suspeição genealógica.....	199
Expressão e sentido.....	210
Os sinais de outrem.....	226
O campo hermenêutico.....	236
Referências bibliográficas.....	247

Herm(o)

el.comp. antepositivo, do gr. *Hermés, oú* 'Hermes, mensageiro dos deuses; *p.ext.*, busto, cabeça de Hermes (usada pelos antigos gregos, em cima de uma estela ou coluna, como marco indicador nas encruzilhadas, ao longo de estradas, nos ginásios)', corresponde ao mitôn. latino Mercúrio; ocorre em voc. formados no próprio gr. como *hermafrodito* (*hermaphróditos*), doc. em port. no sXVI, e em vários outros der. e comp., em geral, do sXIX em diante: *herma*, *hermafrodisia*, *hermafrodita*, *hermafroditismo*, *hermeneuta*, *hermenêutica*, *hermenêutico*, *hermes*, *hermesiano*, *hermeta*, *hermético*, *hermetismo*, *hermocêntrico*, *hermodá(c)tilo*, *hermofenil*, *hermografia* etc.

Hermínio

s.m. angios design. comum às orquídeas do gên. *Herminium*, que reúne 30 spp., nativas de regiões temperadas da Europa e da Ásia □ etim lat.cien. gên. *Herminium* (1735), calcado no gr. *hermís* ou *hermín,înos* 'apoio; pé do leito', de *hérma, atos* 'todo objeto que serve de apoio, ponto de apoio', em relação ao único tubérculo dessa planta, que se assemelha a um apoio ou a um suporte.

Hermeta

s.m. esc pedestal, ger. na forma de um tronco invertido de uma pirâmide de base quadrangular, us. para sustentar uma herma □ etim herma + *-eta*; cp. *hermete*; ver *herm(o)*- □ sin/var *hermete*. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2007)

Prólogo

Os ensaios aqui reunidos estão orientados pela necessidade de eliminar da teoria hermenêutica quaisquer resquícios idealistas e transcendentais, sob a suposição da historicidade e praticidade da experiência de sentido. O que é ensaiado reiteradamente é a dupla hipótese de que o conceito de sentido, do ter e do fazer sentido de algo, ato, objeto ou situação, funda-se primariamente no agir e não no sentir, e que esse conceito não implica que isso que faz e tem sentido seja já da ordem do linguístico e do sîgnico. Para isso precisei afastar-me de algumas teses características da tradição filosófica hermenêutica, embora com esse afastamento eu quisesse *a contrario* reforçar e explicitar o caráter hermenêutico de nossas experiências e vivências. Com efeito, na lumeeira acesa por Schleiermacher e Dilthey, presumo a agência efetiva e a efetividade dos efeitos das coisas feitas como a única base da vigência e da experiência de sentido: o âmbito de sentido perfaz-se no campo de ação de agentes interativos e interagentes ativos situados.

1. A orientação que procurei seguir e desdobrar está indicada no título da obra de Paul Ricoeur, *Du text à l'action*, na qual se ensaia a despedida em relação aos dogmas da fenomenologia hermenêutica, para daí chegar à minha fórmula “das ações ao sentido”. Esta fórmula se explicita nos seguintes princípios:

1. A agência é a base do sentido, pois o sentido é sentido de ou para um agente.
2. Os sentidos de algo são *proprieties* emergentes por sobre atividades e ações no contexto de campos de ação.

3. Algo tem ou faz sentido, ou não, apenas para um agente no contexto de um curso de ações num campo de ação.
4. A feição, expressão e apreensão de sentido ocorre sempre pela interação e interagência de agentes em cursos de ações situadas em campos de ação.
5. O sentido é *prime* em relação às atividades sígnicas e linguísticas.
6. A base da significatividade e da linguisticidade é a interagência.
7. A significatividade implica uma interagência mediada por artefatos.
8. Os artefatos são efeitos da agência e da interagência e implicam um campo de ação para se efetivarem e serem efetivos.
9. Atividades são a base por sobre a qual entidades vêm à existência e adquirem identidade e consistência.

Com esse lineamento, procuro mostrar que as noções básicas da hermenêutica referem-se e aplicam-se sempre no âmbito de um campo de ação de agentes interativos e interagentes. Os termos gramaticais, semânticos e mentais não são assim eliminados, mas sim reconduzidos ao domínio do agir e do interagir, pois é aí onde eles têm aplicação e onde podemos ter controle sobre seu significado, uma vez que seu uso teórico estrito implica a agência. Especificamente, o uso teórico dos conceitos de intencionalidade e de significação pressupõe que o domínio de sua aplicação seja previamente delimitado como um campo de ação e interação de um ou mais agentes.

A ideia principal é revisar uma tese dada como certa na exposição das teorias hermenêuticas, ali mesmo onde se acentua o papel dos agentes e da agência, como é o caso nessa equação proposta por Daniel Little (2019, p. 245), ao retomar aspectos da abordagem hermenêutica para construção de uma teoria da realidade social centrada nos conceitos de ação e atores: *“podemos dizer que mecanismos sociais dependem de significados, pela simples razão de que mecanismos sociais dependem de ações, e ações pressupõem significados”*. Ora, a tese de que as ações dependem de significados, sem dúvida é tipicamente hermenêutica. Todavia, apenas nas versões idealistas e transcendentais, sobretudo nas versões idealistas transcendentais, provenientes do kantismo e da fenomenologia pura, esta tese é afirmada sem o reparo de que o próprio significado, e também o sentido, é um efeito da interação efetiva e histórica de agentes em interagência situada. A ideia aqui é transformar esse reparo no pilar teórico dos conceitos de sentido e significado, reconduzindo estes para sua fundação na agência e na interagência, ao se partir da primariedade do agir em relação ao intencional (Joas; Beckert, 2002).

2. A distinção entre sentido e significatividade, e sua fundação no agir e no interagir, permite uma melhor compreensão dos fenômenos linguísticos sem que se tenha que recorrer a esquemas transcendentais, ideais ou metafísicos, característicos do pensamento moderno e da fenomenologia husserliana. Ademais, se o sentido é mais básico e independente do que as atividades linguísticas e sígnicas, não é necessário introduzir fatores linguísticos prévios à experiência e às práticas, enquanto condições de possibilidade de sua estruturalidade e inteligibilidade.

Uma consequência dessa abordagem é a recuperação da tese de Schleiermacher de que são os atos individuais que perfazem o âmbito da linguisticidade e da mentalidade, conjugada com a suposição de ausência de regras para seguir e aplicar regras, que as práticas regradas não são elas mesmas fundadas em uma prévia regra das regras. Do mesmo modo, as práticas linguísticas não necessitam de um fundamento já linguístico e já gramatical prévio à experiência e à agência linguística: não é necessário supor uma gramática universal (Husserl, Chomsky) e menos ainda uma linguagem anterior a todas as línguas e linguagens (Heidegger, Puntel). Com isso se mostra a dispensabilidade do conceito de gramática universal husserliano, mas também do conceito de linguagem heideggeriano, e sobretudo da tese da idealidade do sentido, seja na sua versão husserliana seja na sua versão amenizada, gadameriana e ricoeuriana. O sentido é ele mesmo um efeito da interagência, mesmo quando ele é o mínimo denominador comum que permite o entendimento; o sentido não é uma condição, mas um efeito da compreensão mútua. Se a linguagem não é transparente, e a forma não constitui o sentido (Moura, 2018), isso se explica pela consideração abstrata da linguagem e da forma desligadas da agência e da interagência.

3. Na hermenêutica desenvolvida no período entre Vico, passando por Chladenius, Wolf e Schleiermacher, e alcançando Droysen e Dilthey, as categorias ligadas ao agir e ao fazer estabeleciam e fixavam o domínio do hermenêutico como o que demandava interpretação e compreensão. Porém, as categorias de ação, de fazer e de prática não têm função teórica em hermenêutica desde *Ideias I e Ser e Tempo*, e isso pelo fundamento transcendental dos conceitos de sentido, compreensão, linguagem e comportamento, provenientes da fenomenologia

de Husserl e da analítica do ser-aí de Heidegger. Embora Dilthey (2010) tivesse indicado que a categoria da ação recíproca embasava o conceito maior de “espírito objetivo” e de “vida”, como o domínio do feito e dos efeitos das ações e práticas, em Heidegger estes conceitos são postos como o fundo suposto por sobre o qual ele teoriza e introduz os seus conceitos. “Ação”, “Agir”, “Fazer” não são termos teóricos de *Ser e Tempo* e também não de *A caminho da linguagem*; contudo, o final de *Mundo, Finitude e Solidão*, parágrafo 76, desdobra uma conexão entre a diferença ontológica, o acontecimento fundamental e a ação. Com efeito, na versão ontológica do histórico não é a categoria da ação, de efeitos da ação, escolhas e construções, que embasa a análise, mas sim a de “acontecimento” (*Geschehen*) e de “ser” (*Sein*) (Heidegger, 2003, § 76, p. 413), as quais permanecem sob o escopo do transcendental vinculante e “obrigatório” (*Verbindlich*). Esta categoria, do vinculante, indica que estamos ainda no terreno da análise transcendental, pois ela apenas se deixa elucidar a partir dos conceitos de *Da-sein* e de Projeto, nos quais transparece na contraluz o lugar teórico da categoria da ação: “por ‘projeto’ (*Entwurf*) não se tem em vista nenhuma sequência de ações, nenhum processo que seria composto a partir de fases singulares. Ao contrário, o que se tem em vista aqui é a unidade de uma ação (*die Einheit einer Handlung*). No entanto, esta ação é de um tipo originariamente próprio” (p. 415). Este conceito de projeto será explicitado como o “abrir-se para a possibilitação” enquanto ele “desentranha o ser do ente” (p. 417), de modo que no “projeto vige o mundo”, culminando o final do parágrafo com a formulação diltheyniana da condição histórica do humano (p. 418). Se essa linha de arguição prevalecesse, Heidegger teria se realinhado com o historicismo moderno que, a partir de Vico, entende o domínio do filológico-histórico como o âmbito da *coisa-feita*,

pois é a categoria do fazer e do agir que habilita o conhecimento outro que aquele provido pelas ciências da natureza. A ciência nova constrói seu objeto, com efeito, com elementos que “ela própria os cria” e o faz por sobre “às ordens relacionadas às ações humanas” (Vico, 2015).

A narrativa unânime da história da hermenêutica no século XX mal-entende o que está em curso e fala de uma ontologização do hermenêutico, e por isso não faz uso de categorias embasadas no agir, embora os quadros teóricos básicos em antropologia tenham nesta categoria o seu centro quando caracterizam o ser humano como “o ser que age” de modo a que “todos os aspectos do humano” são apreensíveis como “desdobramento da determinação fundamental, a ação” e que essa categoria é que faz a conexão mais básica, pois “o humano representa a projeção da natureza de um ser caracterizado pela ação” (Gehlen, 1940, §3). Em Gadamer também as categorias de ação, fazer e prática estão inteiramente ausentes da análise dos termos principais de sua teorização e nem aparecem no índice remissivo de *Verdade e Método*. Gadamer reitera várias vezes que intenção, opinião e ação são já o efeito de um acontecer (*Geschehen*) que os subjaz, eliminando o vínculo com a ação (*Handlung*). Em nome de uma ontologização da condição hermenêutica e histórica, ali pensou-se que a matriz dos conceitos básicos em filosofia escaparia da condição prática e pragmática. Noutras abordagens, a função teórica fundante é relegada para conceitos fenomenais e perceptuais, ou então já linguísticos, mas sempre estruturados previamente por fatores normativos *a priori* não provenientes do âmbito do agir e do fazer. Se os hermeneutas do século XX recusaram o psicologismo, o historicismo e o subjetivismo, o fizeram não por assumirem uma perspectiva historicizada, material e prática, como estava indicado no conceito de espírito objetivo de Dilthey, mas

sim para aderirem a esquemas ontológicos e ou transcendentais impérvios ao agir e ao fazer.

Os efeitos dessa adesão são patentes e persistentes. Assim, num texto hermenêutico como o livro *Oposicionalidades*, de G. Figal, os conceitos de *praxis*, de ação e de prática não têm nenhuma função teórica na estruturação de sua arguição. O mesmo ocorre na obra *L'universalité de l'herméneutique* de Jean Grondin. Nos Compêndios recentes, como *The Blackwell Companion to Hermeneutics*, editado por Niall Keane e Chris Lawn, em 2016, as palavras “*action*” e “*practice*” simplesmente não ocorrem em função teórica e também não aparecem na tábua de conteúdo. No *The Cambridge Companion to Hermeneutics*, editado por Michael N. Forster e Kristin Gjesdal, em 2019, apenas o termo “*practice*” é utilizado, mas sem função teórica, e “*action*” não é sequer listada. No *The Routledge companion to hermeneutics*, editado por Jeff Malpas e Hans-Helmuth Gander, em 2015, o termo “*action*” aparece bem referido, mas sempre em contextos relativos a temáticas e problemas não propriamente pertencentes ao cerne da hermenêutica filosófica. Essa amostra negativa é um sintoma claro do efeito da cooptação ontológica da hermenêutica operada por Heidegger e Gadamer, cooptação essa que estabelece a inflexão dos conceitos hermenêuticos pela estrutura ontológica posta como prévia a todas as ações e interações dos agentes, por conseguinte, fora de seu campo de atuação histórica.

4. Outro aspecto marcante da hermenêutica filosófica, para muitos o metaparadigma entre os filósofos atualmente, consiste na tese da linguisticidade da experiência, do pensamento e do mundo, como o seu axioma fundante. E o conceito de linguagem que ampara essa noção de linguisticidade é o de linguagem escrita que se apresenta como um objeto autônomo

em relação ao leitor (Dilthey, 2010, p. 200; Gadamer, 2005, p. 505; Ricoeur, 1986, p. 111) e não aquele conceito de língua como ação recíproca humana de Schleiermacher e Humboldt. Em termos hermenêuticos, essa remissão ao textual e ao escrito implica conceber todo e qualquer objeto como legível qual um texto e de modo independente em relação às ações de sua produção; implica que o caráter de linguagem, como foi traduzido o termo “*Sprachlichkeit*”, tem de ser expandido a ponto de cooptar ações, prédios e materiais. Com efeito, efeito espantoso, diga-se logo, Gadamer defendeu que prédios arquitetônicos têm de ser lidos como um texto (Gadamer, 2010; pp. 133-141). Ricoeur, por sua vez, não deixou por menos, e num artigo ainda influente nas ciências humanas, defendeu que o modelo do texto se aplica também às ações (Ricoeur, 1986, pp. 183-211). Don Ihde foi mais além, ali mesmo onde ele delineou um dos conceitos mais poderosos e que prometia no seu valor de face, na sua *herma*, uma superação da hermenêutica filosófica linguisticamente preparada, com a proposição inovadora de uma *material hermeneutics*, que, porém, na sua *hermeta*, mostrou que qualquer coisa pode ser inscrita, escrita e lida, até mesmo os materiais orgânicos e inorgânicos (Ihde, 1999, p. 150; 2009, p. 72), seguindo nisso Latour. Nessa linha, se algo não é um texto, para ser objeto hermenêutico, há que se inscrever nele o que nele se irá ler.

As categorias de sentido e de interpretação são assim pensadas como sempre já linguísticas e da ordem da coisa estruturada e independente da ação, da intenção e da volição, mas sempre por um gesto teórico de exclusão dos conceitos de ação e de agir do âmbito de consideração teórica. Em todos esses casos, o diagnóstico do mal-entendido é o mesmo: falta *um conceito de sentido não-linguístico*, um conceito de sentido que não imponha de antemão a linguisticidade e a narratividade.

Contra todos eles, Derrida pode concluir sorrindo: o que aí se diz confirma que não há nada fora do texto, pois tudo tem de ser transformado previamente em texto para poder se lhe aplicarem os instrumentos conceituais hermenêuticos. Mas a anulação transcendental do fora do texto não é outra coisa que a anulação das ações e das práticas que conformam o mundo histórico, inclusive o mundo do texto, sob a tese da autonomia do texto e da escrita, como se a herma pudesse pairar no ar sem ser sustentada por nenhuma hermeta.

5. Embora o domínio da interpretação e da compreensão seja o domínio das coisas feitas e das ações e interações, a hermenêutica filosófica, tanto no conceito de linguisticidade quanto no de compreensibilidade, eliminou de seu esquema teórico os conceitos de ação e agência em prol de conceitos passivos e estruturais: o sentido e a linguagem são pensados como algo que se impõe aos agentes, e não como algo que eles fazem. Esta concepção acontecimental da linguagem, do sentido e da compreensibilidade é o desdobramento de apenas uma das teses de W. Humboldt, no qual ele divergia em relação a tese de Schleiermacher, e propriamente é não-hermenêutica. Por isso, o desvio ontológico não é tanto uma evolução da hermenêutica, mas antes o seu abandono. Com efeito, para Heidegger, a linguagem não é um feito humano e não é pensada a partir do agir humano. Em sintagmas como “a linguagem fala” e “não é um feito do homem”, “pertencemos à linguagem” (2003, p. 203), se delineia um conceito de linguagem como uma entidade e não como um aspecto do agir humano; a linguagem é algo que acontece, e algo que nos acontece, e que, por fim, é pensada sob o conceito de “envio” e de “acontecimento” (*Ereignis*) (p. 213). Como se fosse uma consequência lógica, Heidegger conclui que “linguagem é, no entanto, monólogo”, que

“só a linguagem é o que propriamente fala e que a linguagem fala solitariamente” (p. 214). Essa apreensão teórica seguramente não percorre mais a via hermenêutica, mas a via metafísica da mística. No caso de Gadamer, quando diz que “o que está em questão não é o que fazemos, o que deveríamos fazer, mas o que nos acontece além do nosso querer e fazer” (2005, p. 14), ele é explícito quanto ao pôr fora do circuito teórico o agir e o fazer. Não por acaso, a sua teoria hermenêutica está fundada na atitude de servir e estar a serviço (p. 411, 472). O conceito chave de Gadamer é análogo ao de Heidegger, trata-se de pensar a linguagem e a compreensão como acontecimentos em relação aos quais o falante e o intérprete são passivos (p. 595), no sentido de “pertencer” ao acontecimento (p. 591). A linguagem e a compreensão têm a ver com o “acontecer da coisa” (p. 625), “articulação interna da coisa (que é sentido)” (p. 611), e disso se “pode dizer com toda razão que esse acontecer não é nossa ação na coisa, mas a ação da própria coisa” (p. 598), pois aquele que compreende “já está sempre incluído num acontecimento, em virtude do qual aquilo que possui sentido acaba se impondo” (p. 631). Linguagem e ser são confundidos e assim as categorias do agir e do fazer, portanto, do histórico e do mundo prático, são anuladas.

A hipótese aqui explorada é que assim se deixa de lado a lumeeira de Schleiermacher e o espírito objetivo de Dilthey para, numa espécie de retorno, seguir pela senda da floresta heideggeriana o espírito especulativo de Hegel e o conceito maior de ideia platônica, perante os quais a única atitude do pensador somente pode ser a de reconhecimento passivo. A hermenêutica teria de ser o reconhecimento do já conhecido (*Erkenntnis des Erkannten*), mas enquanto algo não feito, e não a compreensão da compreensão (*hermenéon hermenês*), enquanto compreensão de uma compreensão já feita e embasada

em ações e práticas (*praxis*) prévias. Agora, que a linguagem e a história, assim como o sistema de telecomunicações atuais, apareçam e façam efeitos enquanto instalações que se impõem aos agentes humanos não implica de modo algum que eles não sejam coisa-feita e efeitos de ações e agenciamentos de indivíduos e grupos humanos. Nem a existência dessas instalações, nem sua constituição e menos ainda sua vigência é explicada pelo seu fenômeno e acontecimento. A ponte Hercílio Luz, que nos aparece como estrutura e coisa com a qual temos de lidar, como algo autônomo e vigente, que é tanto dom quanto herança com que nós nos temos de nos haver, foi feita e explica-se por um processo de construção enraizado em ações e práticas. Ao mudar-se o foco de apreciação para o processo geracional, mostra-se que a linguagem e o histórico, as formas e as pontes, se sustentam em bases agenciais e fazeres reiterados e continuados. Por isso, como alternativa, a hipótese aqui desdobrada é a de se retomar o fundamento prático, pragmático e performativo do ter, do fazer e do apreender sentido, tanto como uma recusa do desvio ontológico da hermenêutica quanto como uma contraposição às várias veredas do naturalismo contemporâneo, já que em ambas as categorias da ação e da agência são eliminadas, pois os únicos princípios ativos e constitutivos são fatores imunes e impervios à experiência e à agência.

Várias partes dessa obra foram objeto de apresentações e palestras nas universidades UFFS, UFSC, UECE, UFPI e na AN-POF, entre 2011 e 2019. Além disso, para a sua composição foram utilizados, em parte ou no todo, textos publicados anteriormente, substancialmente modificados e rearranjados para compor essa edição, como é caso dos seguintes textos: “Atividade, sentido e significatividade”, publicado na coletânea *Ler*

Umberto Eco hoje, 2018; “A interagência como base do sentido”, na coletânea *Fenomenologia e hermenêutica*, cadernos da Anpof, 2019; o texto “O primado hermenêutico do efetivo”, na coletânea *Fenomenologia e hermenêutica*, cadernos da Anpof, 2017; “Compreensão hermenêutica e suspeição genealógica”, publicado na Revista Peri, em 2015.

I. Das ações ao sentido

A hipótese guia adotada aqui é que conceitos, regras, regularidades e inferências são posteriores em relação à experiência sensório-motora de um agente, pois antes de se ter conceitos e palavras vinculantes, já se está engajado e emaranhado por meio de atividades práticas com outros agentes e com o ambiente circundante. Nessa perspectiva, o que proponho é que a teoria da linguagem seja pensada como uma abstração por sobre a teoria da ação, em vez de ser relacionada diretamente à teoria da percepção; desse modo, os conceitos de objetos e de significantes, enquanto dotados de sentido e poder de remissão vinculante para um agente falante, são conceitos que se adquirem no âmbito e na experiência prática de agentes em interação com outros agentes em um ambiente comum. Na base do sentido e da significatividade estão atos, ações e atividades interativas com um ambiente e sobretudo ações interagentivas com outros agentes e suas ações.

Essa linha de investigação implica, primeiro, abandonar a pressuposição empirista segundo a qual a única doação de sentido e conteúdo seja a percepção sensível; e também, segundo recusar a pressuposição abstracionista de que conceitos, sobretudo os mais primitivos, sejam formados por processos mentais de abstrações generalizantes a partir de perceptos e sensações. Obviamente fazer essas recusas empiristas e mentalistas não implica a recusa da função da percepção sensível na formação de conteúdos e conceitos; antes, o que importa é não os tomar como apenas abstrações sobre objetos e perceptos, ao se admitir que também fazemos abstrações por sobre ações e relações agentivas. Todavia, o fundamental é que o conceito de sentido seja referido diretamente a uma situação

agencial interativa, e que os atos discursivos e as formações linguísticas sejam pensadas como ações articulatórias cujo sentido de direção e vinculação seja dado pela função básica de mediar a interação e a interagência entre agentes em um espaço de ação.

Por isso, além dessas duas pressuposições empiristas é necessário superar também o dogma semântico que as complementa, qual seja, o axioma de que a significatividade seja fundada apenas na ação de nomeação. Com efeito, uma outra posição se constitui como viável para se pensar os conceitos de linguagem, sentido e significado ao tomá-los como dizendo respeito à interação cooperativa entre agentes em um ambiente. Essa abordagem alternativa reflete-se na privilegiação das categorias dos verbos e preposições em detrimento da categoria dos nomes. Nessa linha de estudos, uma atenção especial deve ser dada ao problema da predicação e da estruturação do conteúdo semântico. A função semântica do verbo não é a de nomear, e também não a de circunscrever, como propuseram Aristóteles e Platão, respectivamente. Antes, a função semântica do verbo é a de um articulador e agenciador que distribui e articula os papéis temáticos para os diferentes componentes semânticos da frase. Também se deve recusar que a frase seja um nome. A hipótese consiste em tomar a articulação de papéis temáticos e casos como a base do sentido da frase e conectar este sentido à estrutura da atividade ou ação indicada pelo verbo (Van Valin, 2005; Braida, 2014). O conteúdo semântico da frase é de saída estruturado e essa estruturação se explicita na estrutura predicativa enquanto efeito de uma ação por sobre conteúdos e experiências. A frase é primariamente uma ação de articulação que exprime um agenciamento e assim está fundada na agência. Apenas enquanto agentes e em função de uma ação determinada apreendemos e articulamos sentido e

direcionalidade, bem como fazemos conexões entre objetos, sejam eles objetos materiais ou objetos linguísticos.

As estruturas predicativas e gramaticais não são dadas à percepção sensível, do mesmo modo que a função de cortar não é um percepto de uma faca. Assim, compreendemos o garfo e a faca, ou as duas hastes do *hashi*, e a relação com os alimentos, a mão e a boca, a partir e na situação de interação cooperativa. Na situação da ação, ademais, esses objetos não são assim apreendidos como signos de um sentido ou de um significado: eles mesmos têm ou fazem sentido para os agentes na ação em curso. Esses objetos não são vistos primariamente como tendo sentido e significado, ou como exemplificando conceitos e fazendo relações; antes, eles são apreendidos no contexto de execução de uma ação. O que é percebido e o que é entendido primariamente é a ação de se alimentar, e nessa ação se compreende o ter parte e o ter função do garfo e da faca, ou do *hashi*: por sobre esse entendimento e compreensão práticos de um engajamento corporal emerge, então, a inteligibilidade e o sentido desses objetos, bem como o conceito de garfo e faca, e de *hashi*, usados na atividade de se alimentar. No início está a ação, e depois sobrevêm as intenções e significações. A ação de se alimentar é *prime* e torna inteligíveis os artefatos adaptados para realizá-la.

A sugestão que tenho defendido é que também os signos, sinais e expressões linguísticas têm sentido e significado apenas enquanto são agenciados na situação, mas, com a diferença de ser esta situação aquela delimitada por uma atividade interativa entre agentes e um ambiente já mediada por sinais. Sentido e significado, por conseguinte, seriam assim conceitos que apreendem relações instauradas pelo entrelace de dois tipos mais básicos de correlações: as correlações entre as atividades de, pelo menos, dois agentes, o emprego de sinais e as

correlações desses dois grupos de atividades com elementos de um ambiente circunscrito pelo campo de uma ação em curso. O que está em questão são as experiências pelas quais algo vinculante e direcionador para o agir e o perceber, como palavras e conceitos, é adquirido. Adoto a tese da precedência do agir em relação ao perceber, (e das atividades em relação às entidades), aceitando provisoriamente a caracterização de Barbara Tversky, pela qual nascemos desconectados e desvinculados, no sentido de que nossas sensações, movimentos e gestos estão interligados de modo indefinido. Gestos e sons, atenções e ações, posturas e movimentos são aprendidos e conectados com o meio externo por meio do aprendizado e da reiteração contínua dos nossos cuidadores. O que perfazerá a conexão e a vinculação é “a ação” que orientará e dará um sentido às sensações e movimentos “através de um círculo de reforço”, de modo que a “unificação dos sentidos depende da ação: fazer, ver e sentir, percebendo ao mesmo tempo o reforço do fazer” (Tversky, 2019).

A sugestão é que os conceitos de agir e fazer (*Akt, Handeln, Thun*), e derivados, são os conceitos básicos, os quais são aprendidos diretamente e concomitantemente à ontogênese do agente, e à filogênese da comunidade a que pertence necessariamente, e que os conceitos de sentido, intencionalidade, normatividade, conceitualidade, plano e propósito, assim como os de mente, vontade, consciência, linguagem, conteúdo semântico, significação etc. são introduzidos sempre por abstração sobre ações, fazeres e práticas. Sem a agência, nem são esses conceitos apreendidos nem podem ser aplicados. Do ponto de vista teórico, esses conceitos todos são introduzidos e delimitados sempre na descrição de uma ação situada de um

agente em relação a um campo de ação e outros agentes. Apenas o equívoco da generalização e da idealização abstratas pode nos dar uma entidade percipiente pura.

A uma pedra não predicamos *intentio* e nem *sensus* porque uma pedra não é um agente. A um mosquito predicamos intenção e querer, ao menos em modo primário, mas apenas quando o descrevemos como um agente numa situação na qual atribuímos a ele um ter parte e um papel temático numa ação em curso. Dizemos que o mosquito “quer” ou “precisa” de alimento e que ele “vai em busca de satisfação”, que ele “tenta” picar, que ele “sabe identificar e diferenciar” suas fontes de alimento, que ele “foge” das ameaças etc. Dizemos que suas ações são sensatas (*sensée*) e inteligíveis (*synein*). Os termos entre aspas são ambíguos entre um sentido pleno, que atribuímos a agentes plenos e conscientes, e um sentido primário, que atribuímos a agentes pré- e não-conscientes. Ainda assim, esses termos predicam e implicam algum tipo de modalização da agência de um agente em uma ação em curso e, por isso mesmo, requerem e implicam a atribuição primária de agência. A agência, todavia, por sua vez, implica a modalização de uma atividade. Com efeito, agência é um subtipo de atividade. Uma pedra não age, pois para ser minimamente um agente ela deveria ser dotada de atividade. Ou, *a contrario*, porque uma pedra, enquanto participante de uma atividade, sempre tem um papel passivo, não se lhe pode atribuir agência e, assim, não se lhe pode atribuir intencionalidade, vontade e linguagem. O acontecer da pedra não é sensato nem insensato.

A tese a ser desenvolvida aqui refere-se aos conceitos de sentido e de compreensão e diz que estes estão fundados na agência e na interagência de agentes interativos e cooperativos. Deste modo são recusadas as teorias psicologistas e perceptualistas, estruturalistas e idealistas, comuns no século XX,

“Não há pensamento sem palavra, mas há pensamentos em diversos graus de revestimento; podemos ter um pensamento sem ainda ter sua mais adequada expressão”.

SCHLEIERMACHER

“O pensamento, em si mesmo imperceptível pelos sentidos, veste-se com a roupagem perceptível da sentença, tornando-se, assim, para nós mais facilmente apreensível”.

FREGE

CONCEPÇÃO:
GRUPO DE PESQUISA
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÕES METAFÍSICAS
(NIM/UFSC)

